MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Recursos Logísticos
Setor de Licitações

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020

(Processo Administrativo n.° 10465.100224/2020-69)

Torna-se público que a Gerência Regional de Administração de Alagoas - GRA/AL, por meio do Setor de Licitações, sediada na Praça Dom Pedro II, nº 16, Centro - Maceió/AL, CEP: 57020-130, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **com critério de julgamento menor preço por grupo**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 09 de junho de 2020.

Horário: 10:00 horas (Horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov..

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de gerenciamento de frota por meio de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado para aquisição de combustíveis (gasolina comum, álcool, diesel e diesel s-10) e para manutenção preventiva e corretiva de veículos (mecânica geral, eletricidade, funilaria, pintura e lavagem, incluindo aquisição de peças originais de reposição, acessórios, lubrificantes e demais insumos), além de transporte por guincho e socorro mecânico, dos veículos oficiais (automóveis tipo passeio e pick-ups) que compõem a frota da Gerência de Administração de Alagoas (GRA/AL), Secretaria de Patrimônio da União (SPU/AL), Procuradoria da Fazenda Nacional em Alagoas (PFN/AL),Controladoria Geral da União em Alagoas (CGU/AL) e Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas (SRTb/AL), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 08 (oito) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.2.1. Não poderão ser alvo de disputa os valores constantes no itens 1, 2, 3, 4, 6 e 7 da tabela 01 (Item 01 deste Termo), **devendo haver disputa de lances apenas para os itens 5 e 8 (Taxa de Administração).**

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação de acordo com o documento SEI 7546584.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.7.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário)

4.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)

4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
b. de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos licitantes em ambos os itens.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.6.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.6.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e global do Grupo;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante.**

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do Grupo**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 10,00 (dez reais).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.26.1. prestados por empresas brasileiras;

7.26.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.3.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.3.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.3.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.3.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;.

8.3.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.3.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.8. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.9. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de

Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.5. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.10.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.10.5.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contáveis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.10.5.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo V**, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.10.5.3.1. a declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

9.10.5.3.2. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.1.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2. As empresas*, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável*

9.11.2.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que

qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.1.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.2.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.

15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTE

16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7 . cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.

20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl.al.samf@fazenda.gov.br, pelo fax (82) 3311-2610, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça Dom Pedro II, nº 16 - Centro - Maceió/AL - CEP: 57020-130, seção setor CPL/ARL/GRA/AL.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5, Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Dom Pedro II, nº 16 - Centro - Maceió/AL - CEP: 57020-130, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.2 ANEXO I - A – Estudos Preliminares;

22.12.3 ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços.

22.12.4 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

22.12.5 ANEXO IV – Modelo de Declaração de Vistoria

22.12.6 ANEXO V – Modelo de Declaração de Compromissos Assumidos

Maceió/AL, 22 de abril de 2020.

Documento assinado eletronicamente

MARCO AURÉLIO NEIVA MARTINS

Gerente da GRA/AL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Recursos Logísticos
Planejamento de Contratações

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Gerência Regional de Administração do
Ministério da Economia no Estado de Alagoas (GRA/AL)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação dos serviços de gerenciamento de frota por meio de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado para aquisição de combustíveis (gasolina comum, álcool, diesel e diesel s-10) e para manutenção preventiva e corretiva de veículos (mecânica geral, eletricidade, funilaria, pintura e lavagem, incluindo aquisição de peças originais de reposição, acessórios, lubrificantes e demais insumos), além de transporte por guincho e socorro mecânico, dos veículos oficiais (automóveis tipo passeio e pick-ups) que compõem a frota da Gerência de Administração de Alagoas (GRA/AL), Secretaria de Patrimônio da União (SPU/AL), Procuradoria da Fazenda Nacional em Alagoas (PFN/AL), Controladoria Geral da União em Alagoas (CGU/AL) e Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas (SRTb/AL) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A estimativa de quantitativo anual foi baseada na média de consumo da CONTRATANTE no ano de 2019, conforme Tabela abaixo:

Tabela 01 - ESTIMATIVA DOS QUANTITATIVOS

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	[1]Valor Unitário	Valor Total Anual
1	1	Gasolina Comum	LITRO	25.857,39	(*)R$ 4,68	R$ 121.012,59
	2	Álcool Comum	LITRO	2.120,71	(*)R$3,77	R$ 7.995,08
	3	Diesel Comum	LITRO	4.598,00	(*)R$3,78	R$ 17.380,44
	4	Diesel S-10	LITRO	22.827,34	(*)R$3,89	R$ 88.798,35
		Subtotal Combustível				R$235.186,46
	5	Gerenciamento de serviços de abastecimento (taxa de administração)(**)	Percentual		2%	R$ 4.703,73
1		Subtotal Global Combustível				R$ 239.890,19
	6	Material (Fornecimento de peças, componentes e acessórios)	Peças	---------	--------	R$ 173.259,67
	7	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva	Serviço	---------	---------	R$ 46.604,05
		Subtotal Manutenção				R$ 219.863,72
	8	Gerenciamento de serviços (taxa de administração) (**)	Unidade	--------	2%	R$ 4.397,27

		Subtotal Global Manutenção				R$ 224.260,99
		Valor Global Contratação				**R$ 464.151,18**

1.3. Valor Médio Unitário (*) - Preços Médios dos combustíveis para o Estado de Alagoas, informados pelo site da ANP, https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Por_Estado_Municipio.asp , em 01/04/2020 às 11:00hs. **(Anexo II do Estudo Preliminar- SEI 7393417**).

1.4. Para se alcançar os valores referenciais de Manutenção e Combustível, foram utilizados os dados de consumo do ano de 2019 da CONTRATANTE. (**Anexo IV do Estudo Preliminar- SEI 7393420**).

1.5. Taxa de Administração (**) – Percentual cobrado baseado na mediana de licitações similares em todo país. Valor Arredondado fins dar maior competitividade no momento do certame.

Fonte: http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-servicos (**Anexo III do Estudo Preliminar - SEI 7393419**).

1.6. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de natureza continuada.

1.7. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.8. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência (**Anexo I**).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de abastecimento e manutenção de veículos por meio de sistema informatizado, que compõem a frota da Gerência de Administração de Alagoas (GRA/AL), Secretaria de Patrimônio da União (SPU/AL), Procuradoria da Fazenda Nacional em Alagoas (PFN/AL), Controladoria Geral da União em Alagoas (CGU/AL) e Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas (SRTb/AL).

3.2. O CONTRATADO deverá disponibilizar sistema informatizado e integrado de gestão que interligue a rede credenciada, a equipe especializada e os órgãos contratantes em ambiente seguro.

3.2.1. Seja executado via internet, possua funcionalidades que permitam o planejamento, acompanhamento e controle de manutenções e abastecimentos dos veículos oficiais; tenha funcionamento online e Realtime para o registro e consulta de dados; emita relatórios financeiros, operacionais e gerenciais.

3.3. A CONTRATADA deverá emitir os Cartões Magnéticos que permitam a utilização dos serviços de abastecimento e manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota da CONTRATANTE.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A CONTRATADA deverá ter sua bandeira habilitada no plano básico de administradoras de máquinas de cartão de pagamento com maior capilaridade nacional e que aceitem mais bandeiras no segmento de voucher (abastecimento). O prazo para comprovação formal da condição de habilitação constante neste item é de 30 (trinta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato.

5.1.1.1. Para execução dos serviços da contratação pretendida, a CONTRATADA deverá fornecer um sistema informatizado via internet - WEB, que possibilite a obtenção de orçamentos dos materiais e serviços especializados de manutenção por intermédio da rede de lojas, oficinas e estabelecimentos diversos credenciados pela CONTRATADA, para atender os veículos da frota da CONTRATANTE.

5.1.1.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web para gerenciamento compartilhado da frota da CONTRATANTE.

5.1.1.3. A CONTRATADA deverá possuir rede credenciada capaz de atender em todas as regiões do Estado de Alagoas, a todas as espécies, tipos, marcas e modelos de veículos que compõem a frota da CONTRATANTE, garantindo inclusive o fornecimento de peças, pneus e baterias, e mantendo-a sempre atualizada.

5.1.1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de Guincho/Reboque, que atenda em todo o país.

5.1.1.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de Guincho/Reboque, que atenda em todo o país.

5.1.1.6. Possuir numa distância máxima de 20 (vinte) quilômetros da sede do **CONTRATANTE** pelo menos 2 (dois) postos de combustível, bem como 2 (duas) oficinas credenciadas;

5.1.1.7. Deve ser cadastrado, pelo menos, 02 (dois) estabelecimentos na Região Metropolitana de Maceió/AL que efetuem, Lavagem interna e externa dos veículos da CONTRATANTE com a utilização de produtos adequados, aplicação de cera em sua lataria e respectivo polimento, inclusive a seco.

5.1.1.8. A execução do serviço de lavagem em nenhuma hipótese poderá ser realizada nas dependências da CONTRATANTE.

5.1.1.9. A aquisição de combustível e o serviço de manutenção veicular serão executados em postos e oficinas localizados em todo o território nacional.

5.1.1.10. A tecnologia a ser fornecida e implantada pela contratada deverá constituir-se em um modelo de gestão integrado a um sistema de pagamento do abastecimento e da manutenção, oferecendo relatórios gerenciais para o controle das despesas, dos veículos da **CONTRATANTE**.

5.1.1.11. A CONTRATADA deverá ainda fornecer Cartões eletrônicos ou magnéticos destinados aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de todas as informações, sendo **um para cada veículo** ativo, mais 03 (três) cartões extras que sirvam como cartão "coringa", possibilitando sua vinculação a um determinado veículo, temporariamente vinculado à frota da CONTRATANTE e que não possua cartão individual já cadastrado.

5.1.1.12. A CONTRATADA deverá fornecer sistemas ("software") de gerenciamento integrado on line que possibilite emissão de relatórios gerenciais dos abastecimentos que demonstre média de consumo de combustível por veículo ou grupo de veículos em determinado período; que forneça a quilometragem percorrida por veículo ou grupo de veículos em determinado período; preços dos combustíveis praticados nos abastecimentos por veículo ou grupo de veículos e os valores dos combustíveis praticados pelas empresas credenciadas que realizaram os abastecimentos dentro de determinado período. Emissão de relatórios gerenciais das lavagens e higienizações contendo relação do veículo ou grupo de veículos que utilizaram os serviços por tipo de lavagem e as empresas credenciadas que realizaram os serviços em determinado período.

5.1.1.13. O Sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

a) Placa e demais dados de identificação do veículo;

b) Identificação do usuário;

c) Estabelecimento/ Município/ UF;

d) Data e hora;

e) Valor da operação;

f) Marcação da quilometragem do veículo;

g) Valor da compra;

h) Saldo (crédito ainda existente no cartão do veículo). Quando a transação for realizada off-line, ou seja, mediante preenchimento manual de formulário ou outro meio cabível, o registro deverá preservar as informações constantes neste subitem, exceto o saldo existente.

5.1.1.14. O sistema de gerenciamento deverá possibilitar ao CONTRATANTE:

a) A inclusão de restrições para lançamento de serviço de lavagem e higienização, tais como: intervalo mínimo entre um lançamento e outro do mesmo veículo, quantidade máxima de lavagem no mês, por tipo de lavagem, simples, completa com enceramento, completa com enceramento e motor.

5.1.1.15. A **CONTRATADA** deverá implantar o sistema até 15 (quinze) dias corridos da assinatura do contrato, devendo justificar por escrito eventuais prorrogações.

5.1.1.16. A **CONTRATADA** entregará ao **CONTRATANTE** lista atualizada de todos os postos de abastecimento e serviços credenciados, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato.

5.1.1.17. O **CONTRATANTE** terá o prazo de 03 (três) dias úteis para aprovação da lista descrita no item *5.1.1.15* e indicar a necessidade de novas implementações de postos de abastecimento e serviços.

5.1.1.18. Caso seja constatado que o preço do combustível na rede credenciada esteja acima do preço médio cotado pela ANP para uma dada região, a **CONTRATADA** deverá credenciar novos postos de combustível, num prazo máximo de 45 dias, de modo que o preço da rede credenciada seja reduzido para, no máximo, o mesmo patamar do preço médio cotado pela ANP;

5.1.19. Incluir no cadastro, a partir de solicitação formal do **CONTRATANTE**, no prazo de 10 (dez) dias, novos veículos e motoristas pertencentes à frota ou no quadro, respectivamente.

5.1.1.20. Fornecer para o **CONTRATANTE** os cartões dos veículos, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado da **CONTRATADA.**

5.1.1.21. A **CONTRATADA** emitirá novo cartão no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da data da comunicação formal da **CONTRATANTE** a respeito do extravio, roubo ou dano ao cartão do veículo.

5.1.2. Os serviços pretendidos têm natureza continuada e devem estender-se por mais de um exercício, visto que a frota de veículos da CONTRATANTE precisa receber manutenção preventiva e corretiva em qualquer tempo.

5.1.3. Não há critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto desta contratação.

5.1.4. A duração inicial do contrato pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses.

5.1.5. **Soluções de Mercado**.

5.1.5.1. Em pesquisa no sítio Painel de Preços foram identificados fornecedores apresentados no quadro abaixo:

PRODUTOS	**FORNECEDORES**	**CNPJ**
Gerenciamento de frota por meio de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30
Gerenciamento de frota por meio de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado	S.H. INFORMATICA LTDA	06.048.539/0001-05
Gerenciamento de frota por meio de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado	GOLDI SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃOLTDA	20.217.208/0001-74
Gerenciamento de frota por meio de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	00.604.122/0001-97

Gerenciamento de frota por meio de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado	NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIOS EIRELI	25.165.490/0001-10
Gerenciamento de frota por meio de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado	TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	03.506.307/0001-57

5.2. Caso não realize a vistoria, o licitante deverá emitir Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. As frotas dos órgãos GRA/AL, SPU/AL, PFN/AL, CGU/AL e SRT/AL possui o quantitativo total de 31 veículos conforme **Tabela 09** (Item 10).

7.1.2. O investimento necessário à implantação do sistema, tais como: instalação dos equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, cartões (1ª vias), credenciamento da rede de empresas fornecedoras, administradoras de cartão de pagamento, manutenção do sistema e treinamento empresas fornecedoras, administradoras de cartão de pagamento, manutenção do sistema e treinamento do pessoal e fornecimento de manuais de operação (se houver), serão por conta da CONTRATADA **sem ônus para a CONTRATANTE**.

7.1.3. Nos casos de defeito do cartão magnético ou do chip, deverá o CONTRATANTE comunicar à empresa CONTRATADA, para que a mesma realize a devida substituição, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, sem ônus para o CONTRATANTE.

7.1.4. O Gestor ou Fiscal do Contrato informará no sistema de Gestão de Frotas e abastecimento, os limites mensais de créditos para cada veículo, separando limites de manutenção e serviços dos limites de abastecimento. **Importante ressaltar que o somatório dos limites mensais (estimativas mensais) por veículo poderá ultrapassar o valor mensal do contrato**. Porém, os gastos efetivos acumulados não poderão ultrapassar o valor anual contratado.

7.1.5. A CONTRATANTE indicará à CONTRATADA a relação de servidores que serão cadastrados como gestores operacionais do sistema informatizado, que poderão por sua vez cadastrar os demais usuários (motoristas)

do sistema.

7.1.6. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE todas as atualizações e alterações no sistema operacional de gerenciamento de frota de veículos utilizado nesta contratação.

7.1.7. No caso dos serviços de manutenção veicular preventiva e corretiva os estabelecimentos deverão lançar os orçamentos/ordens de serviço (OS) no sistema de gestão da CONTRATADA e, após análise do(s) administrador(es) do sistema da CONTRATANTE, estes aprovarão, rejeitarão ou solicitarão revisão dos orçamentos/ordem de serviço (OS), no todo ou em parte. Desta forma, os cartões utilizados para os serviços de manutenção veicular preventiva e corretiva não terão sua aprovação através das máquinas de cartões, e sim, pelo fluxo de aprovação do sistema de gestão de frotas da CONTRATADA.

7.1.8. Para a execução dos serviços de manutenção da frota de veículos dos órgãos e entidades contratantes a rede credenciada deve:

- Realizar o orçamento, inclusive quando envolver a desmontagem do motor do veículo, **sem ônus aos órgãos contratantes;**
- Registrar no sistema de gestão o orçamento da manutenção, bem como as reduções em seus valores, que será validado e aprovado pelo Gestor do Contrato;
- Executar nas suas instalações os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças, componentes, acessórios e materiais necessários à manutenção da frota de veículos dos órgãos contratantes;
- Executar somente os serviços aprovados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica, equipamento e ferramentas adequados, em conformidade com as especificações de fábricas/montadora devolvendo o veículo em perfeitas condições de funcionamento;
- Entregar o veículo, logo após a conclusão dos serviços, preferencialmente limpo internamente e, obrigatoriamente, lavado externamente;
- Disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos, fornecendo a relação de peças e seus respectivos códigos, que serão verificados pelo Fiscal Técnico e pelo Gestor da Frota e/ou comissão especialmente designada pelos órgãos contratantes, se necessário ou solicitado;
- Responsabilizar-se pelos danos causados a veículos, decorrentes de erros ou falhas nos serviços por ele prestados, que forem identificados em inspeção de vistoria e/ou laudo técnico nos respectivos veículos, providenciando as adequadas correções;
- O pagamento das despesas relativas às vistorias e laudos técnicos será realizado exclusivamente pelo FORNECEDOR, que será reembolsado posteriormente pelo órgão contratante.

7.1.9. O atendimento dos serviços de manutenção, bem como o fornecimento de materiais, deverá ocorrer por meio de rede de oficinas multimarcas, centros automotivos e concessionárias, em caráter contínuo e ininterrupto, que incluam o fornecimento de peças e insumos, abrangendo todas as áreas e especialidades afetas ao pleno funcionamento e à conservação dos veículos e relativos à manutenção preventiva e corretiva, análise, avaliação e diagnostico, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, complementação e conservação.

7.1.10. A Manutenção Preventiva compreende todos os serviços suficientes e necessários para manter o veículo em perfeitas condições de uso, em oficinas multimarcas / centros automotivos / concessionárias, obedecendo-se as recomendações do fabricante do veículo. São exemplos de manutenção preventiva:

- Troca de pneus, protetores e câmaras; alinhamento e balanceamento de rodas; troca de óleo de motor, câmbio, diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento; filtro de óleo, de ar e de ar condicionado; lubrificação de veículos; reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador; substituição de itens de motor; limpeza de motor e bicos injetores; regulagem de bombas e bicos injetores; troca de lona e pastilha de freio, mangueiras; outros serviços constantes no manual dos veículos/equipamentos.

7.1.11. A Manutenção Corretiva compreende todos os serviços executáveis em oficinas multimarcas /centros automotivos / concessionárias, para correção de defeitos aleatórios resultantes do desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. São exemplos de manutenção corretiva:

- Serviços de retífica de motor; montagem e desmontagem de jogo de embreagem; serviços de instalação elétrica; serviços no sistema de injeção eletrônica; capotaria; tapeçaria; funilaria e pintura; serviços no sistema de arrefecimento; serviços no sistema de ar condicionado; reboque de veículos; entre outros da espécie.

7.1.12. No caso dos serviços de manutenção veicular preventiva e corretiva os cartões utilizados para estes serviços não terão sua aprovação através das máquinas de cartões, e sim, pelo fluxo de aprovação do sistema de gestão de frotas da CONTRATADA.

7.1.13. É de responsabilidade do **CONTRATANTE** garantir que as informações digitadas no momento da transação na rede de postos varejistas credenciados sejam verídicas. Caso haja enganos ou distorções, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar relatórios que possibilitem a identificação das anomalias, em tempo hábil de correção.

7.1.14. Para utilização do cartão para abastecimento de combustível nos veículos, o motorista deverá apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde, através do equipamento da **CONTRATADA**, será efetuada a identificação da placa do veículo, a consistência do hodômetro, conferência da capacidade tanque do veículo e mercadoria autorizada para compra, que foram definidos individualmente para cada veículo da frota do **CONTRATANTE**, valor da compra, quantidade e tipo do produto comprado.

7.1.15. Finalizada a operação de abastecimento de combustível, o motorista digitará a senha exclusiva do sistema para autorizar a transação, recebendo um termo impresso pelo equipamento da **CONTRATANTE** instalado no estabelecimento credenciado, denominado comprovante de transação, contendo todas as informações referentes à compra de produto realizada no referido estabelecimento;

7.1.16. A **CONTRATADA** deverá cadastrar senha individual para cada motorista relacionado pelo **CONTRATANTE**;

7.1.17. Em caso de danos involuntários no cartão do veículo, ou em equipamentos da **CONTRATADA**, instalados em sua rede de estabelecimentos credenciados, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc.), obriga-se a **CONTRATADA** a disponibilizar procedimento de compra contingencial, através de serviço de atendimento ao cliente disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, que consiste na obtenção, por telefone, por parte do posto varejista, do número da autorização de compra a ser transcrito para um formulário específico da **CONTRATADA**, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota do **CONTRATANTE**, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais de sua frota.

7.1.18. Havendo necessidade de manutenção corretiva devido à quebra, defeito, sinistro, etc., o Gestor do Contrato ou Fiscal Técnico direcionará o veículo ao estabelecimento passível de realizar a manutenção para emissão do orçamento, providenciando também o serviço de guincho/ reboque, na impossibilidade de locomoção do veículo.

7.1.19. Caso o defeito que tenha acarretado a impossibilidade de locomoção do veículo tenha sido causado por manutenção má executada em oficina pertencente à rede credenciada, **que forem identificados em inspeção de vistoria e/ou laudo técnico nos respectivos veículos,** a empresa CONTRATADA terá que arcar com o serviço de guincho/ reboque, bem como os demais custos decorrentes do serviço mal realizado**, sem ônus aos órgãos contratantes**.

7.1.20. O direcionamento do veículo à rede credenciada para realização de manutenção corretiva deverá observar o prazo máximo de 3 (três) horas, a partir do contato do órgão/ entidade, exceto quando não houver estabelecimento em condições de efetuar o reparo no município onde o veículo se encontrar, ou quando o veículo estiver em estradas e sem condições de se locomover ou ainda quando o veículo estiver envolvido em acidente e aguardando laudo pericial e/ou a realização de Boletim de Ocorrência.

7.1.21. O estabelecimento da rede credenciada onde for encaminhado o veículo deverá: receber, inspecionar o veículo e emitir orçamento por meio do sistema de gestão, obedecendo aos prazos apresentados na Tabela 2 abaixo:

TABELA 2 - PRAZO PARA EMISSÃO DO ORÇAMENTO

TIPO DE ORÇAMENTO	VEÍCULOS LEVES	VEÍCULOS PESADOS
Manutenção Preventiva (revisão)	Até 2 dias	Até 3 dias
Manutenção Corretiva	Até 3 dias	Até 5 dias
Manutenção Corretiva - média monta	Até 5 dias	Até 10 dias

7.1.21.1. Os prazos para emissão do orçamento serão contados em dias úteis, a partir da entrada do veículo no estabelecimento da rede credenciada. Caso o último dia do prazo pré-estabelecido seja um dia não útil seguinte.

7.1.21.2. O Gestor do Contrato deverá avaliar o orçamento, em relação aos serviços, peças, componentes, acessórios e demais materiais considerados necessários à manutenção, solicitando informações complementares, como fotos do veículo ou laudo do técnico, caso seja necessário.

7.1.21.3. O gestor do Contrato obrigatoriamente realizará, no mínimo, mais duas (02) cotações em outros estabelecimentos credenciados, assim como deverá realizará pelo menos mais 02 (duas) cotações em estabelecimentos **não credenciados,** com o intuito de avaliar a compatibilidade de preços que está sendo cobrado na rede credenciada.

7.1.21.4. Caso seja constatado preços incompatíveis com o mercado, sobrepreço, em estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, é dever desta credenciar novos fornecedores em sua rede para atendimento da frota da CONTRATANTE, num prazo máximo de 45 dias.

7.1.21.5. É obrigação de **toda rede credenciada** seguir os prazos de entrega dos orçamentos conforme disposto na **Tabela 2 – Prazo para Emissão do Orçamento**.

7.1.21.6. O gestor do Contrato poderá aprovar outro orçamento, que não o de menor preço, quando este tiver sido emitido por estabelecimento situado em outro município e o custo de deslocamento do veículo até tal município seja superior à economia verificada. Neste caso, o orçamento a ser aprovado também deverá atender obrigatoriamente ao subitem 7.1.20.2. deste Termo de Referência.

7.1.21.7. Caso o modelo do veículo não seja abrangido por referido sistema, devido à descontinuidade de sua fabricação ou especificidade, a validação deverá ser feita por meio de pesquisa de mercado, materiais da fábrica/montadora ou por meio de consulta às manutenções já aprovadas pelos órgãos contratantes no sistema de gestão do FORNECEDOR.

7.1.21.8. Quando o valor do orçamento final aprovado pelo Gestor do Contrato, associado às despesas com manutenção do veículo nos últimos 12 (doze) meses, for superior a 40% (quarenta por cento) do valor venal do veículo, a manutenção em questão somente será liberada após a autorização do dirigente máximo da unidade.

7.1.21.9. A rede credenciada somente deverá executar os serviços que forem aprovados pelo Gestor do Contrato, quando a autorização for necessária, através do sistema de gestão.

7.1.22. A execução da manutenção, após a aprovação do orçamento, deverá ser realizada, obedecendo aos prazos apresentados na tabela 3 abaixo:

TABELA 3 - PRAZOS PARA EXECUÇÃO DA MANUTENÇÃO

VALOR MANUTENÇÃO/VALOR VENAL	VEÍCULOS LEVES	VEÍCULOS PESADOS
0 a 10%	**Até 4 dias**	**Até 5 dias**
11% a 20%	**Até 9 dias**	**Até 11 dias**
21% a 30%	**Até 14 dias**	**Até 17 dias**
30% a 40%	**Até 19 dias**	**Até 23 dias**
Acima de 40%	**Até 25 dias**	**Até 30 dias**

7.1.22.1. Os prazos para execução da manutenção serão **contados em dias corridos,** iniciando-se no primeiro dia útil, após a aprovação e autorização do orçamento, caso esta seja necessária. Caso o último dia do prazo pré-estabelecido seja um dia não útil, a finalização da manutenção poderá ocorrer no dia útil seguinte.

7.1.22.2. A manutenção será considerada finalizada após o devido registro por parte do estabelecimento que a realizou no sistema de gestão.

7.1.22.3. A entrega do veículo será feita à pessoa autorizada devidamente designada para tal fim, que deverá ser identificado no sistema de gestão no ato do recebimento/entrega do veículo.

7.1.22.4. O registro da transação financeira deve ocorrer com a retirada do veículo, após a finalização do serviço, e não com a aprovação do orçamento.

7.1.22.5. O Gestor do Contrato irá monitorar os preços e tempos praticados nas manutenções realizadas, por meio de consultas ao sistema de orçamento eletrônico utilizado pela Administração, pesquisa de mercado realizado pelo órgão contratante ou preços históricos dos contratos.

7.1.22.6. Caso se verifique que os preços e/ou tempos necessários para a execução do serviço são inferiores ao validado, os valores excedentes pagos serão informados ao FORNECEDOR que deverá efetuar o ressarcimento/estorno ao órgão contratante na fatura seguinte.

7.2. A execução dos serviços será iniciada na data de assinatura do contrato quando deverá ser providenciado o início do cadastramento de veículos, servidores e demais dados necessários para permitir o abastecimento dos veículos da frota com combustível autorizado (gasolina comum, álcool, diesel e diesel S-10), na quantidade informada, bem como efetuar manutenções na rede de oficinas credenciadas.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. A presente contratação será gerida por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e na IN nº 05/2017 MPOG, procedendo ao ateste das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.

8.2 Deverá, o Gestor do Contrato, ser notificado, por escrito, sobre todas as ocorrências que possam vir embaraçar os serviços contratados, bem como da execução regular do serviço, mediante emissão de Relatório Técnico mensal, que subsidiarão o procedimento de ateste das faturas ou aplicação das penalidades estabelecidas neste instrumento.

8.2.1. A Gestão do Contrato compete ao Gestor do Contrato, o qual poderá ser auxiliado por:

- Fiscal Técnico;
- Fiscal Administrativo

8.3. A fiscalização do contrato deverá, ainda:

8.3.1 Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro do prazo e condições estabelecidas no contrato;

8.3.2 Atestar o pagamento dos serviços prestados nas condições estabelecidas no contrato e

8.3.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações, notificando a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

8.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.5. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a contratante.

8.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7. O primeiro faturamento, para fins de ajuste, deverá corresponder aos dias do mês de assinatura do Contrato e os seguintes deverão ser faturados considerando o mês integral.

8.8. O faturamento deverá ser dividido e especificado por Órgão: GRA/AL, SPU/AL, PFN/AL, CGU/AL e SRT/AL.

8.8.1 Deverão ser emitidas duas Notas Fiscais/Faturas separadas, por órgão, 01 (uma) para os consumos de Serviços e Peças, e 01 (uma) para o consumo de Combustível, conforme dados repassados abaixo:

I. Gerência Regional de Administração do Ministério da Economia do Estado de Alagoas – CNPJ 00.394.460/0004-9

II. Controladoria geral da União – CNPJ 26.664.015/0001-48;

III. Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas – CNPJ 37.115.367/0009-18;

IV. Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas – CNPJ 00.489.828/0019-84;

V. Procuradoria da Fazenda Nacional em Alagoas – CNPJ 00.394.460/0229-78.

8.9. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser entregues preferencialmente por correspondência eletrônica no endereço, transp.al.samf@fazenda.gov.br ou presencialmente na Gerência de Administração do Ministério da Economia em Alagoas, no endereço Praça D. Pedro II, nº 16, Centro, Maceió – AL, CEP – 57020-130, para fins de liquidação e pagamento e deverão ser apresentadas no mês subsequente ao da prestação dos serviços.

8.10. A contratada deverá discriminar no corpo da nota fiscal/fatura o endereço, o CNPJ, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto e número do Contrato, valores, glosas, em moeda corrente nacional e retenções tributárias, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação conforme legislação vigente.

8.11. O atesto dos serviços efetivamente prestados deverá ser efetuado pela fiscalização do Contrato após a apresentação de todos os documentos de cobrança previstos, e ainda, a verificação da regularidade no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público – CADIN; no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.12. O ateste da execução dos serviços dar-se-á após a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, o gestor do contrato indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções.

8.13. Após a realização do ateste, o gestor do contrato emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentados e comunicará a empresa para que emita a fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.14. Observado o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 50 da IN 05/2017 MPOG, quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

8.15. Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no **Intrumento de Medição de Resultado - IMR**, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do Contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos, obrigações contratuais, materiais aplicados, dentre outros fatores previstos nas definições de rotinas e execução do trabalho.

8.15.1. Deverá ser informado a ocorrência de demora em orçamentos, demora em manutenções, indisponibilidade da rede e abastecimentos fracassados, imediatamente ou até o último dia de cada mês, para o cálculo do IMR.

8.15.1.1. Serão considerados como abastecimentos fracassados todos os abastecimentos que não forem realizados no sistema de abastecimento, como falha no sistema, falta de combustível, descredenciamento não comunicado, etc.

8.15.2. A avaliação deverá ter periodicidade mensal e será baseada em indicadores, conforme tabelas de IMR abaixo:

Tabela 04 - Percentuais de indicadores e suas respectivas notas

Item	Percentual X do indicador dentro dos limites máximos permitidos	Nota N correspondente
1	X ≥ a 90%	10
2	80% ≤ X < 90%	9
3	70% ≤ X < 80%	8
4	60% ≤ X < 70%	7
5	50% ≤ X < 60%	6
6	40% ≤ X < 50%	5
7	30% ≤ X < 40%	4
8	20% ≤ X < 30%	3

Item	Percentual X do indicador dentro dos limites máximos permitidos	Nota N correspondente
9	10% ≤ X < 20%	2
10	X < 10%	1

8.15.2.1. Para o Indicador 01, **Prazos de Orçamentos,** os critérios de avaliação são os abaixo:

TABELA 05 - PRAZOS DE ORÇAMENTOS

Indicador 01	
Prazos de Orçamento	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar se os prazos máximos para orçamentos, previstos neste T.R, estão sendo cumpridos.
Meta a cumprir	90% a 100% de orçamentos no prazo
Instrumento de medição	Sistema de Gestão da Contratada
Forma de acompanhamento	Relatório de Duração das manutenções
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	[(Nº de orçamentos que ultrapassarem o prazo máximo permitido)/ (Nº total de orçamentos)] x 100
Início de vigência	A partir da primeira fatura emitida
Faixas de ajuste no pagamento	N = 10 - 100% do valor da Nota Fiscal N = 9 - 90% do valor da Nota Fiscal N = 8 - 80% do valor da Nota Fiscal N = 7 - 70% do valor da Nota Fiscal N = 6 - 60% do valor da Nota Fiscal N = 5 - 50% do valor da Nota Fiscal N = 4 - 40% do valor da Nota Fiscal N = 3 - 30% do valor da Nota Fiscal N = 2 - 20% do valor da Nota Fiscal N = 1 - 10% do valor da Nota Fiscal
Sanções	30% das Notas Fiscais igual ou abaixo de 6 - multa de 10% do valor contratual 40% das Notas Fiscais igual ou abaixo de 6 - multa de 20% do valor contratual + avaliar rescisão contratual

8.15.2.2. Para o Indicador 02, **Prazos de Manutenção,** os critérios de avaliação são os abaixo:

TABELA 06 - PRAZOS DE MANUTENÇÃO

Indicador 02	
Prazos de Manutenção	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar se os prazos máximos para manutenção(preventiva e corretiva), previstos neste T.R,

	estão sendo cumpridos.
Meta a cumprir	90% a 100% de manutenções no prazo
Instrumento de medição	Sistema de Gestão da Contratada
Forma de acompanhamento	Relatório de Duração das manutenções
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	[(Nº de manutenções que ultrapassarem o prazo máximo permitido)/ (Nº total de manutenções)] x 100
Início de vigência	A partir da primeira fatura emitida
Faixas de ajuste no pagamento	N = 10 - 100% do valor da Nota Fiscal N = 9 - 90% do valor da Nota Fiscal N = 8 - 80% do valor da Nota Fiscal N = 7 - 70% do valor da Nota Fiscal N = 6 - 60% do valor da Nota Fiscal N = 5 - 50% do valor da Nota Fiscal N = 4 - 40% do valor da Nota Fiscal N = 3 - 30% do valor da Nota Fiscal N = 2 - 20% do valor da Nota Fiscal N = 1 - 10% do valor da Nota Fiscal
Sanções	30% das Notas Fiscais igual ou abaixo de 6 - multa de 10% do valor contratual 40% das Notas Fiscais igual ou abaixo de 6 - multa de 20% do valor contratual + avaliar rescisão contratual

8.15.2.3. Para o Indicador 03, **Abastecimentos bem sucedidos,** os critérios de avaliação são os abaixo:

Tabela 07 - Abastecimentos bem sucedidos

Indicador 03	
Abastecimentos bem sucedidos	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar se os abastecimentos previstos neste TR estão sendo bem sucedidos.
Meta a cumprir	90% a 100% de abastecimentos bem sucedidos
Instrumento de medição	Sistema de Gestão da Contratada
Forma de acompanhamento	Relatório de Abastecimentos
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	[(Nº de abastecimentos que apresentaram problemas)/ (Nº total de abastecimentos)] x 100;
Início de vigência	A partir da primeira fatura emitida
Faixas de ajuste no pagamento	N = 10 - 100% do valor da Nota Fiscal N = 9 - 90% do valor da Nota Fiscal N = 8 - 80% do valor da Nota Fiscal

	N = 7 - 70% do valor da Nota Fiscal N = 6 - 60% do valor da Nota Fiscal N = 5 - 50% do valor da Nota Fiscal N = 4 - 40% do valor da Nota Fiscal N = 3 - 30% do valor da Nota Fiscal N = 2 - 20% do valor da Nota Fiscal N = 1 - 10% do valor da Nota Fiscal
Sanções	30% das Notas Fiscais igual ou abaixo de 6 - multa de 10% do valor contratual 40% das Notas Fiscais igual ou abaixo de 6 - multa de 20% do valor contratual + avaliar rescisão contratual

8.15.2.4. Para o Indicador 04, **Disponibilidade da Rede Credenciada,** os critérios de avaliação são os abaixo:

Tabela 08 - Disponibilidade da Rede Credenciada

Indicador 04	
Disponibilidade da Rede Credenciada	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar a Fidedignidade da Rede Credenciada pela CONTRATADA.
Meta a cumprir	90% a 100% da rede credenciada
Instrumento de medição	Sistema de Gestão da Contratada
Forma de acompanhamento	Relatório de atendimento da Rede Credenciada quando da solicitação
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	[(Nº de estabelecimentos do estado que não nos atenderam)/ (Nº total de estabelecimentos do estado credenciados)] x 100;
Início de vigência	A partir da primeira fatura emitida
Faixas de ajuste no pagamento	N = 10 - 100% do valor da Nota Fiscal N = 9 - 90% do valor da Nota Fiscal N = 8 - 80% do valor da Nota Fiscal N = 7 - 70% do valor da Nota Fiscal N = 6 - 60% do valor da Nota Fiscal N = 5 - 50% do valor da Nota Fiscal N = 4 - 40% do valor da Nota Fiscal N = 3 - 30% do valor da Nota Fiscal N = 2 - 20% do valor da Nota Fiscal N = 1 - 10% do valor da Nota Fiscal
Sanções	30% das Notas Fiscais igual ou abaixo de 6 - multa de 10% do valor contratual 40% das Notas Fiscais igual ou abaixo de 6 - multa de 20% do valor contratual + avaliar rescisão contratual

8.16. A aplicação dos descontos referidos neste IMR não excluirá eventual aplicação das sanções previstas no contrato.

8.17. O relatório da avaliação deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e incluindo a documentação correspondente. Caso a meta não seja cumprida, o relatório de avaliação será enviado à CONTRATADA com prazo aberto para manifestação.

8.18. As eventuais justificavas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

8.19. Dirimidas as dúvidas, o fiscal do contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços.

8.19.1 O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado a trinta dias contados do recebimento da fatura.

8.20. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.22. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no § 4º do art. 3º da Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010.

8.23. Será glosado no valor da fatura os eventos que constarem no Instrumento de Medição do Resultado quando constarem sua ocorrência.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA/Oficinas credenciadas deverão disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para o reparo/conserto dos veículos, assim como os seguintes materiais nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Cartões eletrônicos ou magnéticos destinados aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de todas as informações e que tenham uma aceitação ampla, principalmente no que tange aos postos de abastecimento de combustível;

9.1.2. Mais 03 (três) cartões extras que sirvam como cartão “coringa”, possibilitando sua vinculação a um determinado veículo, temporariamente vinculado à frota do GRA/AL, PFN/AL, SPU/AL, SRT/AL e CGU/AL e que não possua cartão individual já cadastrado;

9.1.3. Rede credenciada de estabelecimentos para que seja realizado nos veículos dos órgãos participantes deste certame o efetivo abastecimento e ocorra a avaliação de veículos em suas eventuais falhas que forem apresentadas, bem como o fornecimento de correta cotação em tempo adequado previamente estipulado.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda dos órgãos tem como base as seguintes características:

10.1.1. As frotas dos órgãos GRA/AL, SPU/AL, PFN/AL, CGU/AL e SRT/AL possui o quantitativo total de 31 veículos conforme tabela abaixo:

TABELA 9 - RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULO POR ÓRGÃO

SRT/AL

SRT/AL						
SEQ.	**MODELO**	**MARCA**	**ANO**	**COR**	**COMBUSTI.**	**PLACA**
1	GOL	Volkswagen	2009	Preta	Gasolina	NLW5442
2	GOL	Volkswagen	2009	Branca	Gasolina	NLZ3433
3	GOL	Volkswagen	2009	Preta	Gasolina	NLW4832
4	GOL	Volkswagen	2009	Branca	Gasolina	NLZ1282
5	Gol	Volkswagen	2009	Branca	Gasolina	NLZ3403
6	RANGER	FORD	2009	Branca	Diesel	NLZ5989
7	RANGER	FORD	2009	Branca	Diesel	NLY9863
8	L200	MITSUBISHI	2009	Branca	Diesel	NLZ1982
9	L200	MITSUBISHI	2009	Branca	Diesel	NLX6092
10	L200	MITSUBISHI	2009	Verde	Diesel	NMD6334
11	L200	MITSUBISHI	2008	Branca	Diesel	JGL0361
12	BLAZER	CHEVROLET	2009/2010	Preta	Gasolina	NMC3779
13	AMAROK	Volkswagen	2014	PRATA	Diesel	OXN7431
14	S10	CHEVROLET	2015	Branca	Gasolina	QLF7888
15	UNO	FIAT	2007	Branca	Gasolina	MVD0877
16	ETIOS	TOYOTA	2018	Branca	Gasolina	FDW5113
17	ETIOS	TOYOTA	2018	Branca	Gasolina	FZA0702
18	ETIOS	TOYOTA	2018	Branca	Gasolina	GIV8653
19	ETIOS	TOYOTA	2018	Branca	Gasolina	FZD4657

SRT/AL						
20	COBALT	CHEVROLET	2013	Preta	Gasolina	ORK5733
CGU/AL						
21	L200	MITSUBISHI	2014/2015	Branca	Diesel	OHJ-6042
22	FORD	FORD	2013	Branca	Diesel	OHF-9654
23	MARCH	NISSAN	2015	Branca	Gasolina	PAC-7016
PFN/AL						
24	DOBLO	FIAT	2012/2013	Branca	Gasolina	JDX-2566
25	DOBLO	FIAT	2012	Branca	Gasolina	ORF-0651
26	PALIO WEEK	FIAT	2012/2013	Branca	Gasolina	ORF-0661
SPU/AL						
27	L200	MITSUBISHI	2015	Branca	Diesel	ORH-0042
28	PALIO	FIAT	2010	Branca	Gasolina	NMO-9895
29	FRONTIER	NISSAN	2004/2005	Branca	Diesel	MVF-5615
GRA/AL						
30	PALIO	FIAT	2013	Branca	Gasolina	NMN-1753
31	PALIO	FIAT	2013	Branca	Gasolina	NMO-7302

10.1.2. Ao longo do contrato poderá haver acrescimento e/ou decréscimo dentro deste quantitativo.

10.1.3. Não poderá ser alvo de disputa os valores constantes no itens 1,2,3,4,6 e 7 da tabela 01 (Item 01 deste Termo), **devendo haver disputa de lances apenas para os itens 5 e 8 (Taxa de Administração)**.

10.1.4. Os veículos da frota da CONTRATANTE realizam frequentes viagens para diversos municípios do Estado de Alagoas e possivelmente para outros estados, e para agilização dos reparos, assim como para serviços de abastecimento, é necessário que haja rede credenciada em várias localidades do país, bem como em caso de panes, a disponibilização de serviço de guincho para transporte dos veículos do local da pane até a oficina credenciada mais próxima.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Disponibilizar os meios necessários e compatíveis para recebimento dos arquivos eletrônicos enviados pela Contratada.

11.13. Solicitar à Contratada os orçamentos para execução dos serviços e fornecimento de peças e/ou acessórios.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste documento e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o estipulado no Termo de Referência, Tabelas e Anexos; as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela CONTRATANTE, decorrente de culpa da CONTRATADA ou de uma CREDENCIADA sua, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATANTE, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia;

12.3. Acatar as decisões e observações feitas pelo representante da CONTRATANTE, relativas ao fornecimento dos materiais e execução dos serviços.

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.5. Cadastrar empresas/fornecedores com empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

12.9. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.11. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da Rede Credenciada.

12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

12.24. Apresentar relação de sua rede credenciada em prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.25. Informar às credenciadas que são de inteira responsabilidade destas, as obrigações decorrentes da legislação trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, de acidente de trabalho e as demais previstas na legislação específica, inclusive relativas aos recursos humanos de suas credenciadas, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

12.26. Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, em rigorosa observância aos detalhes e Ordens de Serviços emanadas e/ou aprovadas pela CONTRATANTE, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, utilizando mão de obra especializada e materiais que estejam dentro do prazo de validade, tudo de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações da CONTRATANTE, conforme o Termo de Referência e seus anexos.

12.27. Promover treinamento para sua rede credenciada/usuários dos instrumentos periféricos dos sistemas contratados, tanto na fase de implantação quanto na fase de operação, e orientá-los sobre a correta utilização, possibilitando o uso adequado do sistema, permanentemente e sempre que se mostrar necessário, para não inviabilizar o uso de um credenciado, disponibilizando um canal de comunicação viável e acessível para todos, realizando, semestralmente, pesquisa de satisfação, que deverá ser apresentada a CONTRATANTE.

12.28. Possibilitar a ampliação gradativa da Rede Credenciada, incluindo outras localidades, mediante solicitação da CONTRATANTE.

12.29. Utilizar somente empregados registrados pelas suas credenciadas para realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva a que se refere a presente contratação.

12.30. Fornecer todo o material necessário à manutenção preventiva e corretiva e dispor de todas as ferramentas, equipamentos e instalações adequados ao tipo de serviço a ser realizado, face às obrigações assumidas.

12.31. Responder pelos danos causados aos veículos e/ ou bens da Contratante, quando resultantes de dolo, ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos empregados das credenciadas ou prepostos, obrigando-se a ressarci-lo.

12.32. Disponibilizar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos à rede de estabelecimentos credenciados.

12.33. Responsabilizar-se totalmente pelos pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados, sendo que a Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por nenhum pagamento, ou obrigação trabalhista.

12.34. Manter, em local visível, nas oficinas e estabelecimentos credenciados, a identificação de sua adesão ao sistema, objeto do Contrato.

12.35. Providenciar a correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados especificamente sobre a responsabilidade da CONTRATADA.

12.36. Informar à sua rede credenciada que as empresas responderão por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, inclusive os equipamentos acessórios, causados por seus empregados, prepostos ou credenciados, não se eximindo ou transferindo a sua responsabilidade à Contratante, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93.

12.37. Permitir o livre acesso de servidores da Contratante às instalações de suas credenciadas, para o acompanhamento dos serviços durante a sua execução.

12.38. Observar que, sempre que houver necessidade de testes externos com os veículos e equipamentos da CONTRATANTE os quais, em nenhuma hipótese, poderão ser realizados em período noturno, as credenciadas da CONTRATADA deverão afixar placas de identificação de cor verde, destinadas a experiência, conforme Resolução 231 do CONTRAN e suas alterações, devendo, ainda, nessas situações, afixar adesivo removível ou placa imantada com seu

logotipo e o seguinte dístico “VEÍCULO EM MANUTENÇÃO” ou “VEÍCULO EM TESTE” na traseira do veículo e sobre os brasões ou elementos identificadores da Contratante, existentes na lataria do veículo, sendo a segurança pessoal do condutor que realizar os testes de exclusiva responsabilidade do credenciado da CONTRATADA.

12.39. Obedecer, quando em testes externos, às normas de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro, cabendo à CONTRATADA e suas credenciadas, a total responsabilidade, civil e penal, em caso de acidentes de trânsito ou cometimento de infrações com o veículo da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA apresentar o condutor e demais documentos solicitados para o devido preenchimento da respectiva notificação de autuação expedida pelo Órgão de Trânsito.

12.40. Reembolsar a CONTRATANTE em caso de qualquer prejuízo advindo de imposição de multas de trânsito ou acidentes com seus veículos, quando estes estiverem sob a guarda/responsabilidade da CONTRATADA e suas credenciadas, independente da apuração por parte da autoridade competente.

12.41. Fornecer à Contratante todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, tabelas de tempo de serviço e reparos, além de apresentar no mínimo três orçamentos das oficinas credenciadas, a cada solicitação de serviços, para que a Contratante verifique o que for mais adequado ao caso.

12.42. Assumir integral responsabilidade, através da credenciada que tiver realizado cada serviço ou fornecimento de peça, pela eficiência do que for executado.

12.43. Fornecer aplicativo elaborado em ambiente web, compatível com o sistema operacional de informática utilizado pela Contratante, que permita capturar informações da frota em rede credenciada, proporcionando controle total sobre as operações de manutenção e assistência 24h, identificando os veículos, condutores e seus prestadores de serviços, gerando histórico detalhado e observando prazo para atendimento.

12.44. Fornecer acesso ao sistema online de consulta de peças e de consulta de tempos padrão, nos moldes e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

12.45. Realizar treinamento operacional dos fiscais responsáveis e usuários do sistema informatizado e integrado para gestão de frota da CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.

12.46. Disponibilizar relatórios, a partir de um período preestabelecido pelo Gestor do Contrato, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

12.47. Disponibilizar em sítio eletrônico, meios de navegação capazes de gerenciar a manutenção da frota – Gestão, através do acompanhamento de todas as operações em andamento, avaliação dos orçamentos, bem como novas solicitações. Ainda, o sistema deverá interagir com os usuários, Gestores e Fiscais do Contrato e prestadores de serviço, respeitando os níveis de acesso que forem determinados pelo CONTRATANTE, com segurança que comprove que o sistema informatizado possui as funcionalidades descritas neste Termo de Referência.

12.48. Possibilitar à CONTRATANTE adquirir, por meio de sua rede credenciada, todo e quaisquer serviços, peças, acessórios, componentes, e outros materiais de uso automotivos solicitados, descritos neste Termo de Referência, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou por intermédio da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotiva.

12.49. Fornecer completo suporte de utilização e reparação do sistema, mantendo-o totalmente operacional em pelo menos 90% do dia, provendo meios de operacionalizá-lo, caso ocorra alguma falha no sistema eletrônico.

12.50. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme disposto no parágrafo 1º, do Art. 65, da Lei nº 8666/93.

12.51. Manter um preposto durante toda a vigência do contrato, para tratar com a Contratante.

12.52. Apresentar canal de comunicação dos prepostos para eventuais emergências no período noturno e aos finais de semana.

12.53 Fiscalizar a execução dos serviços solicitados, através de relatórios contendo as informações necessárias à identificação dos veículos objetos da manutenção, os laudos técnicos dos problemas apresentados e o histórico dos serviços realizados, com a devida comprovação da troca de peças e demais equipamentos e/ou serviços aplicados.

12.54. Garantir que o preço praticado pela sua rede credenciada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, de garantia e os demais serviços e materiais objeto deste Termo de Referência, estará com os valores em conformidade com a proposta apresentada, e ainda com a Tabela de Preço e Tabela de Tempos Padrão de Reparos (tabela tempária) adotada pelo fabricante da marca, ou aquele preço que, por ocasião de campanhas promocionais de vendas e

serviços, estejam sendo praticados pela rede credenciada, caso sejam menores que os limites suprarreferidos, aplicados os descontos contratuais, estabelecidos neste Termo de Referência.

12.55. Manter todos os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada (oficinas, concessionárias, prestadoras de serviço, distribuidoras, transformadoras, etc) da empresa CONTRATADA, informados de que cabe à CONTRATADA, reembolsos de quaisquer naturezas ou em quaisquer hipóteses, inexistindo qualquer relação financeira entre a CONTRATANTE e tais prestadores de serviço.

12.56. Responsabilizar-se inteiramente pela produção do sistema informatizado de gerenciamento de manutenção de veículos, incluindo, mas não se limitando, a equipamentos servidores, hospedagem das aplicações do sistema em sítio próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à operação e produção plena do sistema em questão, com todas as suas funcionalidades previstas.

12.57. Atender todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, bem como assumir inteira responsabilidade pela quantidade e qualidade das peças fornecidas e dos serviços executados, comprometendo-se a substituir, através da credenciada que realizou o serviço/troca de peça, as peças ou refazer os serviços que não atenderem as especificações do fabricante ou forem recusados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da solicitação formal dada pelo fiscal da CONTRANTANTE, sem qualquer ônus para a mesma.

12.58. Independente dos descontos contratados e dos valores máximos admitidos para peças e serviços, a CONTRATADA deverá primar por reduzir os gastos com manutenção da CONTRATANTE, buscando potencializar as negociações com os estabelecimentos credenciados.

12.59. Garantir que sua rede credenciada atenderá todas as necessidades de manutenção(peças e serviços) de veículos, equipamentos e acessórios automotivos descritos neste Termo de Referência, inclusive aqueles relacionados com a manutenção da garantia de fábrica de veículos novos, em quaisquer dos municípios onde os veículos da Contratante estejam alocados, sendo certo que a impossibilidade de atendimento em algum município, deverá ser formalmente apresentada ao fiscal responsável, que analisará as razões, que não poderão ser, simplesmente, alegação de desinteresse por parte do estabelecimento.

12.60. Verificar as instalações, os equipamentos e quaisquer outras ferramentas de suas credenciadas utilizados para a execução dos serviços, observando as melhores técnicas de execução, de acordo com as especificações de fábrica e detalhes emanados e/ou aprovados pela CONTRATANTE.

12.61. Enviar para a Contratante, por meio de sistema informatizado, orçamentos dos serviços necessários a serem aplicados nos veículos, com as descrições de peças, códigos, lubrificantes, componentes, produtos e serviços com os respectivos tempos de execução em horas centesimais e preços líquidos, e descrição dos descontos contratados, bem como apresentar sistemas de consultas de preços de peças/materiais/acessórios e de tempo padrão, tabela de valores das concessionárias, para fins de verificação e aprovação.

12.62. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, dentro do prazo máximo de 5 dias úteis, contados a partir da solicitação feita pela CONTRATANTE.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará *o Instrumento de Medição de Resultado (IMR citado no Item 8.3 deste Termo), conforme modelo previsto nos* **Anexos I e II,** *ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O Fiscal Técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, deve ser aplicado sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O Fiscal Técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.19. O fiscal do contrato será responsável pelos seguintes itens:

- Solicitação de serviços;
- Aprovação de orçamentos eletrônicos.
- Aprovação e/ou rejeição dos serviços executados.
- Recebimento dos produtos e serviços, emitindo os orçamentos recebidos e laudo de aceitação de serviços/materiais, que servirá de subsídio para o Gestor do Contrato, quanto ao ateste das notas fiscais

15.20. Para cada solicitação de serviço, o Fiscal Responsável deverá, obrigatoriamente, atentar para o que segue:

- Analisar o orçamento eletrônico enviado pela CONTRATADA, dentro das cláusulas contratadas, após a apresentação do primeiro orçamento e efetuar mais duas cotações e negociações, junto à rede credenciada;
- Autorizar o orçamento escolhido, que será sempre aquele que contiver o menor preço para a administração;
- Disparar a solicitação de serviço, através do sistema informatizado disponibilizado pela Contratada;
- Aprovar/atestar e/ou rejeitar o serviço executado;
- Emitir laudo de aceitação dos serviços/materiais executados;
- Emitir relatório dos serviços executados.

15.21. A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais, a quem caberá:

15.21.1. No caso do Gestor do Contrato:

a) Autuar processo de acompanhamento e fiscalização, juntando aos autos cópia da Portaria de designação, do contrato, dos termos aditivos, de tabelas de referência de preços, quando houver, e outros documentos pertinentes ao acompanhamento do processo, durante toda sua vigência;

b) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, mantendo gestões por escrito, mediante correio eletrônico (e-mail) ou ofício, junto à Contratada.

c) Aprovar ou rejeitar orçamento, acompanhar a realização dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, recepção e aceitação dos serviços/peças, dos veículos lotados sob sua responsabilidade.

d) Atestar as notas fiscais, inclusive no cronograma físico-financeiro - SIASG, após a apresentação das mesmas pela Contratada, e dos documentos pertinentes encaminhados pelos fiscais responsáveis, se for o caso.

15.21.2. No caso dos Fiscais Técnico/Administrativo do Contrato:

a) Aprovar ou rejeitar orçamento, acompanhar a realização dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, recepção e aceitação dos serviços/peças, dos veículos lotados sob sua responsabilidade;

b) Efetuar, pesquisas de preços de mercado, após o recebimento do primeiro orçamento da credenciada, para compor o conjunto mínimo de três orçamento fins balizar tomada de decisão de escolha para efetivação do serviço necessário, registrando a forma de consulta utilizada;

c) Encaminhar ao Gestor do Contrato, até o 3º dia útil do mês seguinte à realização dos serviços, toda a documentação pertinente para fins de juntada no processo de pagamento mensal, e subsídio de ateste de notas fiscais;

d) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, mantendo gestões por escrito, mediante correio eletrônico (e-mail) ou ofício, junto à Contratada;

e) Reportar ao Gestor do Contrato, toda e qualquer dificuldade, inconsistência e irregularidade verificada durante a vigência contratual.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 05 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo ou pelo Gestor do Contrato após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.

16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese da verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento definitivo das Notas Fiscais/Faturas.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se as Notas Fiscais ou Faturas apresentadas expressam os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;

b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão contratante;

d) O período de prestação dos serviços;

e) O valor a pagar; e

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) Não produziu os resultados acordados;

b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX Percentual da taxa anual = 6%)	$\frac{(6/100)}{365}$	= 0,00016438

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, somente os preços referente à Taxa de Administração contratual poderá sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

19.1.1. Não se trata de execução de serviço com dedicação de mão de obra exclusiva.

19.1.2. A garantia resulta no encarecimento da contratação, onerando as propostas apresentadas.

19.1.3. Haverá acréscimo dos valores da contratação em razão do repasse dos custos decorrentes da garantia à Administração.

19.1.4. A exigência de garantia pode representar a diminuição do universo de interessados, restringindo a competição.

19.1.5. Pela forma de contratação, que é por demanda e pela forma de pagamento que acontece somente após a realização definitiva do serviço, com ateste da Nota Fiscal pelo gestor do contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete Infração Administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. Cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

20.2.2. **Multa de:**

I. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial

da obrigação assumida;

III. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 10 e 11**, abaixo; e

V. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

20.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

20.2.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

20.2.7. Quaisquer sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.2.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas abaixo**:**

Tabela 10

Grau	**Correspondência**
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 11

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter empresa Credenciada sem qualificação para executar os serviços contratados, por serviço e por dia	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para sua rede credenciada/usuários dos instrumentos periféricos dos sistemas contratados, conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	02

20.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: **R$ 464.151,18** (quatrocentos e sessenta e quatro mil, cento e cinquenta e um reais e dezoito centavos).

21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de estimativa de preços, anexo ao edital.

21.4.3. Não poderá ser alvo de disputa os valores constantes no itens 1,2,3,4,6 e 7 da tabela 01 (Item 01 deste Termo), **devendo haver disputa de lances apenas para os itens 5 e 8 (Taxa de Administração).**

21.5. O critério de julgamento da proposta é o Menor Preço Global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é o valor global previsto conforme: Tabela 01 (Item 01) deste Termo.

22.1.1. O valor total global da contratação é de **R$ 464.151,18** (quatrocentos e sessenta e quatro mil, cento e cinquenta e um reais e dezoito centavos).

.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação constantes no documento **SEI** 7546584.

24. ANEXOS

- Anexo I - Estudo Preliminar (SEI n° 7392391); Anexos I, II, III e IV (SEI n°s 7393416, 7393417, 7393419 e 7393420)

Maceió, 19 de maio de 2020.

Documento assinado eletronicamente
Abraão Cavalcanti Moura

Documento assinado eletronicamente
Albino Pimentel de Paiva

Documento assinado eletronicamente
Thiago Santos Medeiros

APROVO o Termo de Referência visando à **contratação dos Serviços.**

Documento assinado eletronicamente
MARCO AURÉLIO NEIVA MARTINS

Gerente de Administração do Ministério

da Economia em Alagoas – GRA/AL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Recursos Logísticos
Planejamento de Contratações

ANEXO I A – DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO PRELIMINAR

SIGILO: ( ) Sim (X) Não

Unidades Atendidas pelo Estudo: Gerência Regional de Administração do Ministério da Economia em Alagoas (GRA/AL), Procuradoria da Fazenda Nacional em Alagoas (PFN/AL), Controladoria Geral da União em Alagoas (CGU/AL), Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas (SRT/AL) e Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas (SPU/AL).

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1. A garantia de um perfeito cumprimento das funções institucionais dos órgãos contemplados neste Estudo Preliminar requer que a frota de veículos funcione com máxima eficiência de modo a auxiliá-los da melhor maneira possível.

1.2. A pretensa contratação é de suma importância para a Controladoria Geral da União em Alagoas (CGU/AL), Procuradoria da Fazenda Nacional em Alagoas (PFN/AL), Secretaria do Patrimônio da União em Alagoas (SPU/AL), Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas (SRTb/AL) e Gerência Regional de Administração do Ministério da Economia em Alagoas(GRA/AL), pois possuem uma frota de veículos oficiais para atender suas demandas. Desta forma, é imprescindível que a frota esteja operando totalmente em condições de funcionamento, segurança e em perfeito estado de conservação.

1.3. Portanto, são necessários abastecimentos e realizações constantes de serviços de mecânica em geral e principalmente de procedimentos preventivos e corretivos, objetivando a utilização de unidades em perfeitas condições de uso a qualquer tempo e, ainda, garantindo aos veículos um adequado estado de conservação.

1.4. Para tanto, a aquisição de combustível, bem como a manutenção dos veículos, são primordiais e, neste sentido, visando maior controle e economia para os órgãos listados acima, mostra-se necessário à contratação destes serviços, incluindo-se a administração e gerenciamento informatizados por meio de cartão magnético ou micro processado em rede de postos e oficinas credenciados.

1.5. É fundamental que haja uma solução para que seja minimizado ao máximo o risco dos servidores ficarem sem combustível por serem surpreendidos com postos descredenciados repentinamente ou por falta de cobertura em

trechos rodoviários e/ou urbanos, o que pode acarretar em constrangimentos e/ou prejuízos à integridade física do servidor. Ademais, todas as vezes que um servidor perde tempo buscando postos credenciados, em detrimento de outros estabelecimentos ao longo do percurso (não credenciados ou descredenciados), há prejuízos financeiros para a Administração Pública no acréscimo de combustível e no custo da hora do servidor não aplicada na execução do serviço planejado.

2. REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DOS ÓRGÃOS:

2.1 A presente contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico da Gerência Regional de Administração do Ministério da Economia em Alagoas (GRA/AL) e Órgãos Jurisdicionados, uma vez que um dos objetivos do planejamento é aumentar a eficiência e a eficácia nas contratações. Sendo assim, a realização de novo processo licitatório para serviços de Gerenciamento de Frota abrangendo diversos órgãos possibilita a redução de custo, por ganho de escala, e minimização do uso dos recursos administrativos operacionais.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Com o intuito de que todos os órgãos contratantes tenham acesso a máxima cobertura de estabelecimentos possíveis, a contratada deverá ter sua bandeira habilitada no plano básico de administradoras de máquinas de cartão de pagamento com maior capilaridade nacional e que aceitem mais bandeiras no segmento de voucher (abastecimento e manutenção veicular). O prazo para comprovação formal da condição de habilitação constante neste item é de 15 (quinze) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato.

3.2. Como forma de garantia complementar do objeto, sem prejuízo no atendimento ao item 3.1, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar no mínimo :

3.2.1. Lista de postos de combustível e oficinas credenciadas que atenda não só a Capital como também as principais regiões do Estado de Alagoas.

3.2.1.1. Consideram-se as seguintes cidades nas regiões do Estado de Alagoas para credenciamento de postos de abastecimento de combustível:

- Capital e Região Metropolitana: Maceió, Rio Largo, Messias, Marechal Deodoro, Pilar e Paripueira;
- Região Sertão – Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema;
- Região Agreste – Arapiraca e Palmeira dos Índios;
- Região Leste – União dos Palmares, Atalaia, Novo Lino, São Luiz do Quitunde, Maragogi, São Miguel dos Campos, Teotônio Vilela, Penedo e Coruripe.

3.2.1.2. Para o credenciamento de Oficinas, consideram-se as cidades abaixo:

- Capital e Região Metropolitana: Maceió
- Região Sertão – Delmiro Gouveia;
- Região Agreste – Arapiraca;
- Região Leste – União dos Palmares, Maragogi, Teotônio Vilela e Penedo.

3.2.2. O prazo para comprovação formal da condição de habilitação constante neste item é de 15 (quinze) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato

3.2.3. Disponibilizar também o fornecimento de peças, pneus e baterias, conforme Item 3.2.1.2, e nas cidades que não houver ou não for possível credenciar Oficinas, deverá ser disponibilizado o serviço de Guincho/Reboque para a oficina mais próxima.

3.2.4. Disponibilizar, pelo menos, 03 (três) estabelecimentos de Lavagem e higienização de veículos, inclusive a seco, na capital do Estado, Maceió.

3.3. A CONTRATADA deverá credenciar também os Postos de Combustíveis e Oficinas de forma que atenda em todo o território nacional.

3.4. A tecnologia a ser fornecida e implantada pela contratada deverá constituir-se em um modelo de gestão integrado a um sistema de pagamento do abastecimento e da manutenção, oferecendo relatórios gerenciais para o controle das despesas, dos veículos do **CONTRATANTE**.

3.5. Sistemas operacionais para o processamento das informações dos cartões e terminais eletrônicos periféricos do sistema;

3.6. A CONTRATADA deverá fornecer Cartões eletrônicos ou magnéticos destinados aos veículos, que viabilizem o gerenciamento de todas as informações, sendo **um para cada veículo e mais 3 (três) cartões extras**;

3.7. Haverá Informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem percorrida, custos, identificação do veículo, identificação do motorista e respectiva lotação, datas e horários, e tipos de combustíveis, que poderão ser alimentados por meio eletrônico, e em base gerencial de dados permanentemente disponíveis ao **CONTRATANTE**;

3.8. A **CONTRATADA** deverá implantar o sistema até 15 (quinze) dias corridos da assinatura do contrato, devendo justificar por escrito eventuais prorrogações.

3.9. A **CONTRATADA** entregará ao **CONTRATANTE** lista atualizada de todos os postos de abastecimento e serviços credenciados, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato.

3.10. O **CONTRATANTE** terá o prazo de 03 (três) dias úteis para aprovação da lista descrita no item 3.12. e indicar a necessidade de novas implementações de postos de abastecimento e serviços;

3.11. Incluir no cadastro, a partir de solicitação formal do **CONTRATANTE**, no prazo de 10 (dez) dias, novos veículos e motoristas pertencentes à frota ou no quadro, respectivamente.

3.12. Fornecer para o **CONTRATANTE** os cartões dos veículos, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado da **CONTRATADA**;

3.13. A **CONTRATADA** emitirá novo cartão no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da data do cadastramento no sistema informatizado, no caso de extravio ou danos ao cartão do veículo;

3.14. Não há critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto desta contratação.

3.15. A contratação deverá ser por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais períodos até um total de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei n.°8.666/93, a contar da data da sua assinatura.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE:

4.1. Os serviços irão contemplar os veículos pertencentes à frota desta Gerência e demais órgãos, conforme **Tabela I** abaixo, atendidos pela contratação, de acordo com as necessidades de cada um.

TABELA I – RELAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS POR ÓRGÃO

SRT/AL						
SEQ.	**MODELO**	**MARCA**	**ANO**	**COR**	**COMBUSTI.**	**PLACA**
1	GOL	Volkswagen	2009	Preta	Gasolina	NLW5442
2	GOL	Volkswagen	2009	Branca	Gasolina	NLZ3433
3	GOL	Volkswagen	2009	Preta	Gasolina	NLW4832
4	GOL	Volkswagen	2009	Branca	Gasolina	NLZ1282
5	Gol	Volkswagen	2009	Branca	Gasolina	NLZ3403
6	RANGER	FORD	2009	Branca	Diesel	NLZ5989
7	RANGER	FORD	2009	Branca	Diesel	NLY9863
8	L200	MITSUBISHI	2009	Branca	Diesel	NLZ1982
9	L200	MITSUBISHI	2009	Branca	Diesel	NLX6092
10	L200	MITSUBISHI	2009	Verde	Diesel	NMD6334
11	L200	MITSUBISHI	2008	Branca	Diesel	JGL0361

SRT/AL						
12	BLAZER	CHEVROLET	2009/2010	Preta	Gasolina	NMC3779
13	AMAROK	Volkswagen	2014	PRATA	Diesel	OXN7431
14	S10	CHEVROLET	2015	Branca	Gasolina	QLF7888
15	UNO	FIAT	2007	Branca	Gasolina	MVD0877
16	ETIOS	TOYOTA	2018	Branca	Gasolina	FDW5113
17	ETIOS	TOYOTA	2018	Branca	Gasolina	FZA0702
18	ETIOS	TOYOTA	2018	Branca	Gasolina	GIV8653
19	ETIOS	TOYOTA	2018	Branca	Gasolina	FZD4657
20	COBALT	CHEVROLET	2013	Preta	Gasolina	ORK5733
CGU/AL						
21	L200	MITSUBISHI	2014/2015	Branca	Diesel	OHJ-6042
22	FORD	FORD	2013	Branca	Diesel	OHF-9654
23	MARCH	NISSAN	2015	Branca	Gasolina	PAC-7016
PFN/AL						
24	DOBLO	FIAT	2012/2013	Branca	Gasolina	JDX-2566
25	DOBLO	FIAT	2012	Branca	Gasolina	ORF-0651
26	PALIO WEEK	FIAT	2012/2013	Branca	Gasolina	ORF-0661
SPU/AL						
27	L200	MITSUBISHI	2015	Branca	Diesel	ORH-0042
28	PALIO	FIAT	2010	Branca	Gasolina	NMO-9895
29	FRONTIER	NISSAN	2004/2005	Branca	Diesel	MVF-5615
GRA/AL						
30	PALIO	FIAT	2013	Branca	Gasolina	NMN-1753
31	PALIO	FIAT	2013	Branca	Gasolina	NMO-7302

4.2. Ao longo do contrato poderá haver acrescimento e/ou decréscimo dentro deste quantitativo.

4.3. Estimativa de consumo de Combustível.

4.3.1. Para a estimativa do quantitativo de combustível a ser demandada, utilizou-se o total de consumo de todos os órgãos contratantes no ano de 2019.

4.3.2. Tomando-se por base o consumo de combustível, acima citado, do CONTRATANTE, estima-se que a contratação ora proposta deva envolver o consumo de aproximadamente 55.403,44 litros por ano, conforme **Tabela II** abaixo:

TABELA II – ESTIMATIVA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE CONSUMIDA (2019) - LITROS	

COMBUSTÍVEL	TOTAL DA QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA
ETANOL	2.120,71
GASOLINA	25.857,39
DIESEL	4.598,00
DIESEL-S10	22.827,34
TOTAL	**55.403,44**

4.4. Estimativa de Manutenção (Consumo de Peças e Serviços).

4.4.1. Para a estimativa do quantitativo de manutenções (peças e serviços), a ser demandada, utilizou-se o total do consumo de todos os órgãos contratantes no ano de 2019.

4.4.2. O quantitativo gasto com Manutenção (peças e serviços) foi mensurado em valores financeiros gastos, conforme expresso na Tabela III abaixo:

TABELA III – ESTIMATIVA DE CONSUMO DE PEÇAS E SERVIÇOS

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE CONSUMIDA (2019) – PEÇAS E SERVIÇOS	
MANUTENÇÃO	TOTAL DA QUANTIDADE PREVISTA A SER GASTA (R$)
PEÇAS	150.660,58
SERVIÇOS	40.525,26
TOTAL	**191.185,84**

Fonte - https://siag.valecard.com.br/frota/pages/start.jsf

4.5. Os veículos da frota da CONTRATANTE realizam frequentes viagens para diversos municípios do Estado de Alagoas e possivelmente para outros estados, e para agilização dos reparos/manutenções, assim como para serviços de abastecimento, é necessário que haja rede credenciada em várias localidades do país, bem como em caso de panes, a disponibilização de serviço de guincho para transporte dos veículos do local da pane até a oficina credenciada mais próxima.

5. ESTIMATIVA DE PREÇO.

5.1. Utilizaram-se como base para alcançar os valores referenciais de manutenção e combustível (**Anexo I - 7393416**), os dados de consumo no ano de 2019 da última contratação nos referidos órgãos (**Anexo IV - 7393420**).

5.2. Os preços de gasolina, álcool, diesel e diesel S-10 presentes no **(Anexo I - 7393416)**, foram retirados do sítio eletrônico da ANP (https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Por_Estado_Index.asp). (**Anexo II - 7393417)**

5.3. Considerando a idade da frota e o constante uso da mesma em viagens a serviço, e levando em conta a depreciação, estimamos um acréscimo de 15% com manutenção **(Anexo I - 7393416),** no valor global, para a atual contratação em relação ao consumo de 2019.

5.4. Em relação ao **Gerenciamento de Serviços de Abastecimento (taxa de administração),** itens 5 e 8 do Anexo I, será o único valor alvo de disputa de preços.

5.4.1. O valor inicial da Taxa de Administração, alvo inicial da disputa, foi baseado na Mediana de preços de licitações similares. O valor foi arredondado fins dar maior competitividade ao certame.

5.4.2. Os dados foram colhidos do site: http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-servicos. (**Anexo III - 7393419**)

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

6.1. As organizações públicas têm o dever de atuar em estreito relacionamento com as políticas definidas pelo Governo federal brasileiro. No que se refere à gestão dos serviços de natureza continuada, os princípios e os fundamentos formulados pelo governo têm como sustentação a correta utilização de recursos de infraestrutura.

6.2. Este tipo de modelo de contratação está atualmente presente em uma grande parte da administração pública, visto o alto grau de eficiência na prestação dos serviços.

6.3. Ainda, não se pode esquecer que a Administração Pública tem o dever de buscar, sempre, a solução mais adequada, sob a ótica da eficiência e da economicidade, para satisfazer plenamente as suas necessidades.

6.4. O modelo que se propõe, possibilita que a administração pública ao invés de licitar o combustível diretamente dos fornecedores (postos ou rede de postos de combustíveis), assim como efetuar serviços de manutenção diretamente com oficinas especializadas, ou não, contrate por meio de licitação, empresa para prestação dos serviços de gerenciamento de frota por meio de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado.

6.5. Nesse sentido, a contratação de empresa para atendimento das demandas da CONTRATANTE, através de gerenciamento de frota veicular, proporcionará agilidade e mobilidade às operações realizadas pelos órgãos contratantes.

6.6. O procedimento permite que o agente público autorizado efetue abastecimento, manutenção e/ou lavagem dos veículos, em quaisquer das empresas credenciadas pela empresa vencedora da licitação, utilizando um cartão magnético.

6.7. Justifica-se, esse tipo de contratação, em razão do grande número de veículos da frota dos órgãos contratante (**TABELA I, Item 4**),que efetuam constantes deslocamentos para os municípios do estado de Alagoas e eventualmente para outros estados, requerendo vários abastecimentos e possível manutenção onde quer que o veículo se encontre, tendo em vista, estes órgãos não fazerem uso do suprimento de fundos para atendimento das respectivas despesas, sendo necessário, assim, fazer uso do modelo de contratação por meio de uma intermediação (gerenciamento), resultando na eficiência e na economicidade que o novo modelo poderá trazer para a Administração.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

7.1. No que tange ao não parcelamento da contratação, vislumbra-se que em virtude da natureza do serviço de gerenciamento de frota, não seria razoável dividir em dois itens, sendo um para abastecimento de combustível e outro para manutenção (peças e serviços). Indo-se um pouco além, poderíamos pensar no parcelamento da contratação em tantos itens quantos fossem a quantidade de órgãos envolvidos, no entanto não nos parece ser essa a melhor solução, senão vejamos:

7.2. A inviabilidade do parcelamento é decorrente de uma série de fatores, dentre os quais, poderíamos destacar os seguintes:

7.2.1. a separação poderia acarretar dificuldade na gestão dos contratos, pois teríamos no mínimo 05(cinco) e no máximo 20 (vinte) empresas diretamente envolvida para o êxito de um único serviço, some-se a isso, que a unificação do objeto tem como finalidade a obtenção de melhores propostas e, ao final, o gerenciamento de um único contrato, atendendo, assim, ao princípio da eficiência;

7.2.2. a existência de itens desagrupados, geraria ainda perda de economia de escala, uma vez que quanto maior a quantidade de itens a serem fornecidos por uma única empresa, maior seu poder de barganha e menor será o seu custo unitário para os insumos;

7.2.3. a concentração dos itens em um único grupo faz-se necessária, também, devido à desconcentração de unidades em diversos municípios do Estado, o que facilitará a fiscalização e controle, uma vez que a Gestão Contratual ficará unificada, a cargo da GRA/AL, além de favorecer a logística de utilização dos veículos da frota de todos os órgãos de forma eficiente;

7.3. Portanto entende-se ser, o não parcelamento, a melhor metodologia aplicada a contratação em tela.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

8.1. A presente contratação visa de maneira cristalina atender ao critério da economicidade uma vez que, a contratação de empresa especializada em gestão de frota propicia presumível ganho de eficiência, pois haverá um atendimento tempestivo das demandas, em especial quanto aos deslocamentos dos veículos de toda a frota da CONTRATANTE.

8.2. Haverá ainda pronta disponibilidade dos veículos em condições de trafegabilidade e uma padronização dos serviços prestados.

8.3. Estamos não apenas seguindo o alinhamento correto para um melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, como também visando alcançar a eficácia do serviço e a eficiência do gasto público.

9. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

9.1. Desta feita, por todos os elementos trazidos no presente estudo afirmamos a viabilidade da presente contratação.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Recursos Logísticos
Setor de Licitações

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

À Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2020

Proposta que faz a empresa _____ visando contratação de serviço de gerenciamento de frota por meio de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado para aquisição de combustíveis (gasolina comum, álcool, diesel e diesel s-10) e para manutenção preventiva e corretiva de veículos (mecânica geral, eletricidade, funilaria, pintura e lavagem, incluindo aquisição de peças originais de reposição, acessórios, lubrificantes e demais insumos), além de transporte por guincho e socorro mecânico, dos veículos oficiais (automóveis tipo passeio e pick-ups) que compõem a frota da Gerência de

Administração de Alagoas (GRA/AL), Secretaria de Patrimônio da União (SPU/AL), Procuradoria da Fazenda Nacional em Alagoas (PFN/AL), Controladoria Geral da União em Alagoas (CGU/AL) e Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas (SRTb/AL), sem dedicação de mão de obra de forma exclusiva, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

Nossa proposta para a prestação dos serviços, durante o período de 12 (doze) meses, contempla o valor de R$ ..... (VALOR POR EXTENSO), referente aos itens abaixo relacionados.

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	[1]Valor Unitário	Valor Total Anual
1	1	Gasolina Comum	Litro	25.857,39	(*)R$ 4,68	R$ 121.012,59
	2	Álcool Comum	Litro	2.120,71	(*)R$3,77	R$ 7.995,08
	3	Diesel Comum	Litro	4.598,00	(*)R$3,78	R$ 17.380,44
	4	Diesel S-10	Litro	22.827,34	(*)R$3,89	R$ 88.798,35
		Subtotal Combustível				R$235.186,46
	5	Gerenciamento de serviços de abastecimento (taxa de administração)(**)	Percentual		XX	R$ xxxxxx
1		Subtotal Global Combustível				R$ 239.890,19
	6	Material (Fornecimento de peças, componentes e acessórios)	Peças	---------	--------	R$ 173.259,67
	7	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva	Serviço	---------	---------	R$ 46.604,05
		Subtotal Manutenção				R$ 219.863,72
	8	Gerenciamento de serviços (taxa de administração) (**)	Percentual	--------	XX	R$ xxxxxx
		Subtotal Global Manutenção				R$ XXXXX
		Valor Global Contratação				R$ XXXXXX

- Valor Médio Unitário (*) - Preços Médios dos combustíveis para o Estado de Alagoas, informados pelo site da ANP em 01/04/2020 às 11:00hs: https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Por_Estado_Municipio.asp,**(Anexo II do Estudo Preliminar- SEI 7393417**).

O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a entrega da mesma.

Declaração expressa que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

OBS: SOMENTE A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ INFORMAR OS DADOS ABAIXO

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar a Ata no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____ CNPJ: _____ Endereço: _____

Tel: _____ Fax: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Banco: _____ Agência: _____ C/C Nº:_____ E-Mail _____

_____

Assinatura

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Recursos Logísticos
Setor de Licitações

ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E A EMPRESA .....

A União, por intermédio do(a) ..... (*órgão contratante*), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ...../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de gerenciamento de frota por meio de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético ou micro processado para aquisição de combustíveis (gasolina comum, álcool, diesel e diesel s-10) e para manutenção preventiva e corretiva de veículos (mecânica geral, eletricidade, funilaria, pintura e lavagem, incluindo aquisição de peças originais de reposição, acessórios, lubrificantes e demais insumos), além de transporte por guincho e socorro mecânico, dos veículos oficiais (automóveis tipo passeio e pick-ups) que compõem a frota da Gerência de Administração de Alagoas (GRA/AL), Secretaria de Patrimônio da União (SPU/AL), Procuradoria da Fazenda Nacional em Alagoas (PFN/AL), Controladoria Geral da União em Alagoas (CGU/AL) e Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas (SRTb/AL), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	[1]Valor Unitário	Valor Total Anual
1	1	Gasolina Comum	LITRO	25.857,39	(*)R$ 4,68	R$ 121.012,59
	2	Álcool Comum	LITRO	2.120,71	(*)R$3,77	R$ 7.995,08
	3	Diesel Comum	LITRO	4.598,00	(*)R$3,78	R$ 17.380,44
	4	Diesel S-10	LITRO	22.827,34	(*)R$3,89	R$ 88.798,35
		Subtotal Combustível				R$235.186,46
	5	Gerenciamento de serviços de abastecimento (taxa de administração)(**)	Percentual		2%	R$ 4.703,73
1		Subtotal Global Combustível				R$ 239.890,19
	6	Material (Fornecimento de peças, componentes e acessórios)	Peças	---------	--------	R$ 173.259,67
	7	Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva	Serviço	---------	---------	R$ 46.604,05
		Subtotal Manutenção				R$ 219.863,72
	8	Gerenciamento de serviços (taxa de administração) (**)	Unidade	--------	2%	R$ 4.397,27
		Subtotal Global Manutenção				R$ 224.260,99
		Valor Global Contratação				R$ 464.151,18

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., *podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:*

2.1.1. *Os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.1.2. *Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.1.3. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.1.4. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.1.5. *Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*

2.1.6. *Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;*

2.1.7. *Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R$..... (.....)

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de ..... - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ... de..... de 20.....

_____

Representante legal da CONTRATANTE

_____

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º XX/2020 que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, sediada na_____, representada pelo Sr._____, que na presença de servidor designado pela Gerência Regional de Administração – GRA/AL, o profissional acima qualificado vistoriou as áreas onde serão executados os serviços objeto do Pregão Eletrônico n.º XX/2020 , inteirando-se por completo das condições estipuladas no Edital de Licitação, no Termo de Referência e nas Especificações Técnicas , marcas , modelos, ferramentas, instalações e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro.

Local/Data

Assinatura do representante legal

(Carimbo da pessoa jurídica com CNPJ)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO LICITANTE

Declaro que a empresa _____,inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

CONTRATANTE	VIGÊNCIA CONTRATUAL	VALOR/CONTRATAÇÃO/ ANUAL	1/12 AVOS/CONTRATAÇÃO

TOTAL DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS.....			

Local e data

Assinatura do responsável

Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio Neiva Martins**, **Gerente Regional de Administração**, em 21/05/2020, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8180098** e o código CRC **0F2C6265**.